

**A CIDADE DO SALVADOR NO SÉCULO XVII:  
EDIÇÃO E ANÁLISE DISCURSIVA DOS HOMENS-BONS**

*Gilberto Nazareno Telles Sobral (UNEB)*  
gsobral@uneb.br

**1. Introdução**

A filologia, enquanto campo do saber que tem, entre os seus princípios, uma preocupação com o resgate de acervos documentais, inclusive os manuscritos, tem sido fundamental na conservação e na transmissão de documentos que materializam a cultura de um povo.

Segundo Priego (1997, p. 9),

Desde La perspectiva científica que em rigor postula La investigación literária, resulta imprescindible y necesariamente previa a cualquiera de su planteamientos La contribución de la filología, entendida ésta em su más estricto sentido, esto es, como ciencia que se ocupa de La conservación, restauración y preservación editorial de los textos.

Infelizmente, no Brasil, a carência de políticas públicas voltadas para a preservação desta memória tem sido responsável pelo desaparecimento destes importantes testemunhos. A partir da edição de um documento, vários estudos podem ser realizados.

Para Le Goff (2003, p. 537-538),

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento, (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (...)

Assim, objetivou-se, neste trabalho, editar um documento manuscrito produzido pelos camaristas da cidade do Salvador no século XVII e compreender alguns processos de significação destes sujeitos discursivos, a partir dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (doravante AD) filiada a Michel Pêcheux.

## **2. *Um pouco de história***

Em 1530, chega ao Brasil, comandada por Martin Afonso de Sousa, a primeira expedição colonizadora de Portugal, que tinha, além do objetivo de povoamento, a tarefa de explorar economicamente as terras brasileiras. Cabia à colônia fornecer a baixo custo, entre outras coisas, matéria-prima não produzida pela metrópole e o consumo de produtos manufaturados, a preços elevados, vindos de Portugal. Assim as colônias eram uma forma de manutenção do poder das metrópoles. Conseqüentemente, todos os problemas da metrópole, de alguma maneira, refletiam nas condições de sobrevivência dos países colonizados.

A primeira metade do século XVII, por exemplo, foi um período de dificuldades para a colônia brasileira, em especial a Cidade do Salvador, em virtude de grandes conflitos no continente europeu. Em 1624, ocorreu a primeira tentativa de conquista holandesa no Brasil, cujo alvo era exatamente Salvador, por ser a capital da colônia. Ressalta-se que de 1580 até o ano de 1640, o rei da Espanha também era o rei de Portugal, período conhecido como União Ibérica. Com a chamada Guerra da Restauração, em 1 de dezembro de 1640, instaura-se a casa de Bragança, na qual D. João IV é aclamado rei de Portugal. Até a restauração portuguesa, o Brasil enfrentou muitas crises que afetaram gravemente a vida do seu povo. Após a restauração, as câmaras municipais, que sempre desfrutaram de prestígio e domínio na administração das cidades brasileiras, vivenciaram a diminuição de seus poderes. Com a criação do Conselho Ultramarino, em 1640, Portugal buscou retomar, a partir de uma política centralizadora, a administração da colônia. Em consequência das severas medidas, os membros das câmaras municipais brigavam pela manutenção de seu poder. Era frequente, por exemplo, o envio de cartas à Coroa Portuguesa denunciando o precário estado das cidades brasileiras, ao mesmo tempo em que solicitavam solução para os problemas locais. Estas breves considerações históricas objetivam contextualizar o documento aqui estudado, que é uma carta enviada a Portugal em 30 de abril de 1641 em resposta à enviada por D. João IV, em 04 de março de 1641.

## **3. *A câmara municipal de Salvador e o Arquivo Histórico***

A câmara municipal de Salvador é estruturada em 1540 com a fundação da cidade. Tornou-se uma das mais importantes pelo fato de Salvador ser a primeira capital da colônia brasileira. Durante o período

colonial, era um órgão de poder legislativo, executivo e judiciário, que atuava como representante dos interesses de toda a população.

Segundo Ruy (1996, p. 30),

a organização municipal, como em todo período colonial, não era nessa época o produto de uma necessidade societária, indicando tipo de governo próprio, maneira de administração, necessidade de conjunto, mas sim a projeção do Governo da metrópole.

Apesar do dever de obediência à Coroa Portuguesa, mantinha uma autonomia municipal em relação à autoridade dos administradores da Metrópole, visto que, na prática, o poder estava nas mãos dos aristocratas – os chamados homens-bons –, que controlavam as câmaras municipais, o que resultava em conflitos com outras autoridades.

Enquanto órgão administrativo, muitos foram os documentos envolvidos em seu funcionamento: alvarás e posturas régias, requerimentos da população, além daqueles produzidos pela câmara, tais como atas e cartas encaminhadas a Portugal, as quais eram o principal meio no estabelecimento da relação colônia-metrópole. A vasta documentação da câmara de Salvador encontra-se sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal, inaugurado em 10 de abril de 1932.

A pesquisa, da qual este trabalho apresenta um dos resultados, consiste na preservação e divulgação de parte do acervo do referido arquivo, através de edições de cartas encaminhadas a Portugal entre os séculos XVI e XVIII.

#### 4. O corpus

O *corpus* deste trabalho é um documento composto pelos fôlios 15 e 16 recto e verso do *Livro de Registro de Cartas a Sua Magestade*, tomo nº 28.6. Os manuscritos encontram relativamente danificados pela ação do tempo. Todos os fôlios, no recto, são rubricados à margem superior direita.

Em relação à estrutura do documento, é composto de protocolo, parte inicial do documento, no qual os camaristas indicam o destinatário da carta, Sua Magestade, e o assunto a ser tratado. Em seguida tem-se o texto. Por fim, há o escatocolo, composto, geralmente, por uma saudação, seguida da indicação do local em que o documento foi produzido, da datação e das assinaturas do escrivão e demais membros da câmara.

#### 4.1. Critérios adotados na transcrição

Objetivando a preservação das características linguísticas e ortográficas do testemunho, realizou-se uma edição semidiplomática, a partir dos seguintes critérios:

- Indicou-se do número do fôlio à margem direita;
- reproduziu-se fiel do manuscrito (grafia, pontuação, acentuação etc.);
- mantiveram-se as formas grafadas unidas ou separadas;
- desenvolveram-se as abreviaturas com o auxílio de parênteses;
- numerou-se o texto, linha por linha, indicando a numeração de cinco em cinco, desde a primeira linha do fôlio, reiniciando a numeração no fôlio seguinte.

#### 4.2. A transcrição dos manuscritos

	F. 15r	
	[rubrica]	
Copia da Carta que os Officiaes da Camara desta Cidade que servem o anno presente mandaraõ a Sua Magestade fei=	5	
ta entrinta deAbril de digo de Abril em Resposta da queti=		
veraõ deSua Magestade de quatro de Março do d[it]o anno//		
Senhor= Foi Vossa Magesta=	10	
de Servido mandar nos declarar por carta de quatro de Março oque dispunha no Governo deste Estado em que		
Vossa Magestade fica obede=	15	
cido edesde odia equo chegou oprimeiro avizo deVossa Ma=		
gestade estar restituído eJura=		
do neste Reino por verdadeiro Rei e Senhor que sejafele=	20	
cissimos annos como Vossa Magestade averá entendido dos Avizos que partiraõ, em que Repezentamos as demos=		
trações e affectos dálma com	25	
que estes Vassalos receberaõ		

*ANAIIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA*

F. 15v

eaclamaraõ seu Nome com-  
 grande esperança devermos  
 no nosso Reino huma Monar=  
 quia digna do Imperio deVos=  
 sa Magestade por ordem de Vos= 5  
 sa Magestade mandaram os=  
 Governadores levantar os tribu=  
 tos que estavaõ de novo postos  
 nesta terra oferta natural da-  
 Grandeza ePiedade de Vossa Ma=  
 gestade pois adezesete annos 10  
 que com as perdas einquieta=  
 çoes cauzadas detaõ uzadas,  
 penas estaõ em miseravel=  
 estado em que ultimamen=  
 te nos pozeraõ o Inimigo quei= 15  
 mando vinte esete Engenhos  
 de trezentos que haviaõ nes=  
 ta Capitania pelo que pedi=  
 mos a Vossa Magestade lan=  
 çados em seus Reaes Pez man=  
 de acudir neste Estado esoc=  
 correr nesta Praça para que  
 anecessidade dos Soldados naõ  
 cauze nos moradores vexa= 25

F. 16r

[rubrica]

vexaçoens como costuma ser fal=  
 tando-lhe sustento sendo nos ne=  
 cessario tellos contentes pois cõ- 5  
 o inimigo taõ vizinho podem  
 refrescar  
 quando chegou este segundo  
 avizo que trouxe o Padre Fran=  
 cisco deVilhena estavamos con=  
 tinuando as festas, que esta Ci= 10  
 dade fez em demonstraõ de-  
 alegria de termos aVossa Ma=  
 gestade restituído nestes Reinos  
 que duraraõ dez dias com as-  
 solenidades aque assolenida= 15  
 des aque nosso estado pode  
 chegar sendo muito menos  
 do que o desejo nolo pedia e-  
 merecia esta occazião aven=  
 do que do principio com asPro= 20  
 cissoens que sefizeraõ em aço=

ens de Graça por esta Mercê  
enos fáz pedindo-lhes nos con=  
serve mais largos annos com=  
mais felices sucessos a Catoli=  
ca e Real Pessoa de Vossa Ma= 25

F. 16 v

Magestade como a Christandade  
eseus Vassalos havemos mister Ba=  
hia detodos os Santos trinta de  
Abril de mil eseis centos qua[ren]=  
ta e hum annos o qual trasla= 5  
do lancei aqui para que atodo  
o tempo conste// Sebastiaõ da Ro=  
cha Pitta// Escrivaõ da Cama=  
ra o escrevy, Sebastiaõ da Ro=  
cha Pitta// Foi assignada esta 10  
Carta pelos Officiaes daCamara  
Marcos Pinheiro Juis// Salva=  
dor Rabelo Vereador// Gaspar  
Pacheco deCastro vereador//  
Pedro de Oliveira// P[rocurador] do Cons[elho]// 15

### 5. O sujeito discursivo e os efeitos de sentido

O objeto de estudo da AD é o discurso, isto é, efeito de sentidos entre locutores. Em AD, não se busca a apreensão de sentido, indicando-o como único, mas a sua forma de produção. A AD de linha francesa coloca no centro de suas questões teóricas a noção de sujeito. O indivíduo, sendo interpelado pela ideologia, torna-se sujeito do discurso, o qual se inscreve em uma determinada formação discursiva (FD) pela forma-sujeito.

Segundo Pêcheux (1997, p. 160),

chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

Ressalta-se que, para a AD, o sujeito não enuncia na sua individualidade, mas, por ser um sujeito inscrito na história, afetado pelo inconsistente e pela ideologia. Na materialidade analisada, o dizer dos camaristas, a partir de uma FD político-administrativa, inscrevem-se em uma posição-sujeito que abrigava os saberes dos administradores da Cidade do Salvador, que reconheciam D. João IV como rei de Portugal e a ele devi-

am obediência. Observa-se o funcionamento do interdiscurso, visto que as declarações dos camaristas remetem a um discurso-outro, a outros já-ditos, como é possível verificar na sequência discursiva seguinte:

Foi Vossa Magestade Servido mandar nos declarar por carta de quatro de Março oque dispunha no Governo deste Estado em que Vossa Magestade fica obedecido edesde odia êque chegou oprimeiro avizo deVossa Magestade estar restituído ejurado neste Reino por verdadeiro Rei e Senhor...

Ao enunciar “chegou oprimeiro avizo deVossa Magestade estar restituído ejurado neste Reino por verdadeiro Rei e Senhor”, produz-se o efeito de sentido de existência anterior de um rei que não era reconhecido com tal, o que reforça o sentimento de fidelidade à coroa portuguesa.

Apesar de se declararem *vassalos* e, nesta condição, reafirmarem uma posição de obediência, nas sequências discursivas seguintes, o sujeito aí constituído indica um posicionamento discursivo a partir do lugar de representante dos anseios do povo soteropolitano, produzindo o seu discurso alicerçado na esperança das providências que esperavam do rei. Destaca-se que esta relação entre vassalos e rei estabelecia-se numa relação de troca, na qual o rei estava comprometido com o bem comum, o que incluía os interesses próprios dos fiéis vassalos.

Estes Vassalos receberão eaclamaraõ seu Nome com grande esperança devermos no nosso Reino huma Monarquia digna do Imperio deVossa Magestade por ordem de Vossa Magestade mandaram os Governadores levantar os tributos que estavaõ de novo postos nesta terra oferta natural da Grandeza ePiedade de Vossa Magestade pedimos a Vossa Magestade lançados em seus Reaes Pez mande acudir neste Estado esoccorrer nesta Praça para que anecessidade dos Soldados não cauze nos moradores vexaçoes como costuma ser faltando-lhe sustento

É importante destacar que, por trás da aparente relação de obediência e de comemoração declarada na carta pela restituição do poder a Portugal, como pode ser verificado na sequência discursiva seguinte, a expressão do não poder, porém desejar uma comemoração maior, produz o efeito de sentido de denúncia da difícil situação econômica da cidade.

estavamos continuando as festas, que esta Cidade fez em demonstração de alegria de termos aVossa Magestade restituído nestes Reinos que duraraõ dez dias com assolenidades aque assolenidades aque nosso estado pode chegar sendo muito menos do que o desejo nolo pedia emerecia esta occazião avendo que do principio com asProciisoens que sefizeraõ em açoes de Graça por esta Mercê...

Finalizando a carta, os membros da câmara inserem-se numa FD religiosa ao manifestarem os seus sentimentos em relação à pessoa do

rei, como pode ser visto na seguinte sequência discursiva. Além das questões religiosas, faz-se necessário destacar a necessidade de uma boa relação com a Igreja, já que esta tinha uma forte influência também em questões políticas.

com as Prociisoens que sefizeraõ em açoens de Graça por esta Mercê enos faz pedindo-lhes nos conserve mais largos annos com mais felices successos a Catolica e Real Pessoa de Vossa Magestade como a Christandade.

## 6. Conclusão

Inicialmente, comprova-se o valor do trabalho no campo filológico, tendo em vista o resgate e a divulgação de mais um importante testemunho, o qual registra um momento decisivo da história político-administrativa brasileira. A partir da análise discursiva, observa-se que os sentidos construídos representam um saber que se constitui a partir do lugar de autoridade assumido pelo sujeito do discurso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. *Cartas do Senado a Sua Magestade*. Salvador: Câmara Municipal/ Fundação Gregório de Matos, 1994/1996. Documentos Históricos do Arquivo Municipal.

GRIGOLETTO, Evandra. A noção de sujeito em Pêcheux: uma reflexão acerca do movimento de desidentificação. *Estudos da Língua(gem)*. N. 1. Vitória da Conquista: UESB, 2005.

LE GOFF, J. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira et al. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3 ed. Tradução Eni Orlandi et alli. Campinas: UNICAMP, 1997.

PRIEGO, Miguel Ángel Pérez. *La edición de textos*. Madrid: Editorial Síntesis S.S, 1997.

RUY, Afonso. *Historia política e administrativa da cidade do Salvador*. Salvador: Beneditina, 1949.

RUY, Afonso. *História da câmara municipal da cidade de Salvador*. 2. ed. Salvador: Câmara Municipal de Salvador. 1996.